

O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Míria Maria de Souza **Roos** – UNISINOS

Resumo

Nas últimas décadas há discussões sobre o Ensino Médio não ter uma identidade própria, por apresentar-se com um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio histórica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 aponta para a necessidade de uma reestruturação neste nível da educação básica. Os elevados índices de evasão e reprovação aprofundam a problemática e distanciam o Estado do compromisso de educação para todos. Este problema da educação brasileira também atingiu o Estado do Rio Grande do Sul(RS), que em 2012, propôs uma reformulação no Ensino Médio, implantando nas escolas estaduais a “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio”.

Por ser uma política educacional recém implantada, tornou-se relevante pesquisar sobre a sua implementação e repercussões na comunidade escolar. Pesquisar como os gestores, alunos, professores e funcionários, acolheram esta nova diretriz da Secretaria Estadual de Educação do RS e como o trabalho foi desenvolvido no “chão” da escola, são os objetivos principais desta pesquisa que está em andamento.

Palavras-chave: Ensino Médio Politécnico. Política pública.

O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DA PRÁTICA

No ano de 2012, o Estado do Rio Grande do Sul(RS), através da Secretaria Estadual de Educação(SEDUC), decidiu reestruturar o Ensino Médio, implantando em todas as escolas uma proposta pedagógica chamada Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Trata-se de uma política educacional que desde a sua apresentação está em debate.

Frente a estes questionamentos configura-se como temática desta investigação a Política do Ensino Médio Politécnico no RS tendo como objeto a sua implantação em uma escola estadual. Esta necessidade está ligada ao contexto nacional e local.

Atualmente o Ensino Médio no Brasil está em revisão, muitos estudiosos e educadores tem afirmado que esta etapa da educação básica está sem identidade.

Segundo Kuenzer(2001),

As escolas de Ensino Médio foram se desenvolvendo, ao longo dos anos, nos espaços ociosos do ensino fundamental. Na rede pública, são poucos os estabelecimentos que foram planejados para atender às características dos adolescentes. Em decorrência, assim como não construíram sua identidade em termos de concepção, também não construíram sua identidade física enquanto escolas que educam jovens. (p.51)

O governo do RS compartilhando com este posicionamento, implanta uma proposta própria para o Ensino Médio, justificando para esta ação, os altos índices de evasão, de defasagem idade série, de reprovação e o alto número de jovens que ainda estão fora da escola. Na proposta argumenta também, as defasagens que a escola de nível médio apresenta nos aspectos, pedagógico, tecnológico, e em relação ao mundo do trabalho:

Agravando este panorama, constata-se que o ensino se realiza mediante um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio histórica, e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação. Essa conjunção de fatores apresenta uma realidade que exige, urgentemente, novas formas de organização do Ensino Médio. (PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO 2011-2014, p. 5).

Neste momento muitas questões apresentam-se: Como esta proposta foi construída? Qual foi a participação da comunidade escolar nesta construção? Como os alunos e professores perceberam a proposta? Como o currículo foi entendido, especialmente a nova avaliação (emancipatória) pelo grupo de professores e alunos, o seminário integrador? Os indicadores educacionais se alteraram, aumentou a aprovação, diminuiu ou aumentou a evasão? Melhorou o processo ensino aprendizagem e qual o desempenho dos alunos que foram submetidos à proposta do Politécnico no ENEM de

2014? Quais as estratégias desenvolvidas pela equipe gestora? Esta proposta atingiu estes objetivos? Responder estas e outras perguntas que surgirem durante a nossa investigação é fundamental para realizar com êxito este trabalho.

Ensino Médio Politécnico: primeiras aproximações

Para iniciar este estudo de caso, foi essencial conhecer a proposta da SEDUC. Esta foi divulgada no último trimestre de 2011. Consta na introdução do documento citado, que a ideia de reestruturação foi construída levando-se em consideração o Plano de Governo para o RS, no período 2011-2014, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº9.394/96, além da Resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Também destaca-se o planejamento da administração do Estado do Rio Grande do Sul:

O Plano de Governo 2011-2014, no que tange à política Educacional, estabeleceu como prioridade a democratização da gestão, do acesso à escola, ao conhecimento como qualidade cidadã; à aprendizagem e ao patrimônio cultural, e a permanência do aluno na escola, além da qualificação do Ensino médio e Educação profissional. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 3).

A justificativa do governo, encontra-se na necessidade de uma proposta educacional para o século XXI:

A qual tem a responsabilidade de ofertar a juventude e ao mundo um novo paradigma, uma mudança estrutural que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do Ensino Fundamental, instituindo-o efetivamente como etapa final da educação básica. Um Ensino médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e sustentabilidade e com qualidade cidadã. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

De fato, desde a década de 1990, muitos estudiosos da educação têm falado e escrito sobre a necessidade de construção de uma nova identidade para o Ensino Médio. O mundo de hoje tornou-se cada vez mais científico, digital e globalizado e a escola continua funcionando como se não existissem esses avanços. Este atraso temporal da escola deixa os estudantes desanimados pois, não conseguem ver sentido no que ela oferece. Portanto, a reestruturação do Ensino Médio destaca-se,

no cenário do RS e nacional, como uma necessidade premente. Haja visto que o governo federal lançou em 2013 uma nova política educacional: o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio¹.

O plano da SEDUC descreve as dificuldades que enfrenta esta etapa da educação e define mudanças nos seguintes aspectos, que indicam basicamente a constituição de uma concepção de politecnicidade, construída na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho, enquanto princípio educativo.

Afirma que:

Uma consistente identidade ao Ensino Médio se dará não somente por reverter o alto índice de evasão e reprovação com qualidade social, mas acima de tudo, por apresentar um Ensino Médio que oportunize e se empenhe na construção de projetos de vida pessoais e coletivos que garantam a inserção social e produtiva com cidadania. (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 4).

Para reforçar esta posição, traz a seguinte orientação do Conselho Nacional de educação:

O Ensino médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, Resolução nº 04/2010, Art. 26, §1º).

O plano destaca o trabalho como princípio educativo justificando esta necessidade pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Ressalta que *“é pelo trabalho que o ser humano assegura a sua sobrevivência e que este também é responsável pela formação humana e da sociedade”* (p. 13). Sendo assim, tomar o trabalho como princípio educativo significa reconhecer que os projetos pedagógicos da cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social. Afirma ainda que, para conseguir implantar esta ideia a escola é fundamental, uma vez que sua função precípua é ensinar a

¹ Reformulação do Ensino Médio que foi regulamentado pela [Portaria 1º N° 1.140](#), de 22 de novembro de 2013. Através dele, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas.

compreender e a transformar a realidade, a partir do domínio da teoria e do método científico. Com isso destaca a politecnicidade como princípio organizador da proposta de Ensino Médio. Traz uma citação de Saviani (1989, p. 14) para reforçar esta ideia: “A noção de politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”.

Quanto a organização curricular, o Ensino Médio Politécnico será desenvolvido em três anos, conforme a tabela a seguir:

	1º ano	2º ano	3º ano	TOTAL
Formação Geral	750 h	500 h	250 h	1500 h
Parte Diversificada	250 h	500 h	750 h	1500 h
TOTAL	1000 h	1000 h	1000 h	3000 h

Totalizando 3000 horas, sendo que, a carga horária no primeiro ano será de 75% de formação geral e 25% da parte diversificada. No segundo ano, 50% para cada formação e, no terceiro ano, 75% para a parte diversificada e 25% para a formação geral. No decorrer da implantação da proposta esta distribuição não se efetivou. Atualmente a distribuição da carga horária para o segundo e terceiros anos é a mesma proposta para o primeiro ano.

A proposta visa articular os dois blocos do currículo (núcleo comum/parte diversificada), por meio de projetos construídos nos Seminários Integrados. Estes constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos e irá compor a parte diversificada e se constituirão em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso.

Quanto a formação geral a proposta apresenta:

Entende-se por formação geral (núcleo comum), um trabalho interdisciplinar com as áreas do conhecimento com o objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho. (SAVIANI, 1989, p. 23).

Quanto a parte diversificada, no documento consta:

Entende-se por parte diversificada (humana – tecnológica-politécnica), a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresenta opções e possibilidades para posterior formação

profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho. (SAVIANI, 1989, p. 23).

O texto reafirma a importância do Seminário Integrado, onde professores e alunos desenvolverão projetos que dialoguem com as áreas do conhecimento (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias, Ciências da natureza e Suas tecnologias) e com os temas transversais ou eixos temáticos.² Segundo o documento, para a eficiência deste trabalho, o exercício da coordenação será de forma rotativa, para oportunizar que todos os professores se apropriem e compartilhem do processo de construção coletiva da organização curricular.

Conhecendo o projeto do governo é necessário adentrar na escola para verificar como o mesmo foi implementado e reinterpretado na prática cotidiana da instituição. Para isso, utilizamos o “ciclo de políticas” formulada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992) como referencial teórico-metodológico, pois este serve especialmente para a análise de políticas educacionais. Segundo esse referencial, as políticas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas no contexto da prática. Para compreender como ocorre a implementação desta política educacional é imperativo ter um olhar específico sobre a gestão da escola, sobre suas formas de pensar e atuar e observar como os atores da instituição interagem, como são as relações de poder entre os segmentos da comunidade escolar.

Esta proposta de investigação está em andamento. No momento estamos elaborando as entrevistas semi estruturadas para aplicá-las aos representantes dos segmentos da comunidade escolar. Em um segundo momento faremos a análise destes dados.

Referências:

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio 2011-2014**. Out./nov. 2011. SEDUC: Porto Alegre, 2011.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

² Os temas transversais ou eixos temáticos são: Acompanhamento Pedagógico; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Direitos humanos; Cultura e Artes; Cultura Digital; Prevenção e promoção da Saúde; Comunicação e uso de mídias; Investigação no Campo das ciências da natureza; Educação Econômica e Áreas de Produção. (p.24)

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi-
2.ed. – Porto Alegre: Bookman,2001.